



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

DATA: 15-05-2024
HORA: 21H
LOCAL: Sala de Formação do Edifício dos Paços do Concelho
Séc. XXI

CONVOCADOS:

- Cristina Marreiros (LCF) - Coordenadora
- João Reis (PS)
- José Guerreiro (PS)
- José Joaquim Reis (PSD)
- José Jácome (PS) - Secretário
- José Santos (BE)
- Manuel Catarino (CDU)
- Márcio Viegas (PS)
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)

CONVIDADOS:

- Delegação Algarve e Alentejo da ALEP - Associação do Alojamento Local em Portugal
- AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
- AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

PRESENTES:

- Cristina Marreiros (LCF) - Coordenadora
- José Guerreiro (PS)
- Márcio Viegas (PS)
- Rui Araújo (PSD)
- Manuel Catarino (CDU)
- Paulo Rosário Dias (CHEGA) - Secretário, em exercício
- José Santos (BE)
- Dra. Helena Raimundo - Membro da Direção Nacional e Coordenadora da Delegação Algarve & Alentejo da ALEP - Associação do Alojamento Local em Portugal (por videoconferência)
- Dr. Hélder Martins - Presidente da Direção da AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
- Dr. Joni Leandro - Presidente da Comissão Diretiva Distrital de Faro da AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
- Dra. Kátia Soares - Gestora de Delegação na AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

AUSÊNCIAS:

- José Jácome (PS) - Secretário
- João Reis (PS)

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: 21.05H



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

HORA DE ENCERRAMENTO
DA REUNIÃO:

0.15H

ASSUNTOS AGENDADOS:

Reunião com:

- Delegação Algarve e Alentejo da ALEP - Associação do Alojamento Local em Portugal
- AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
- AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

Tópicos:

- Ponto da situação sobre o Turismo e a Economia no Concelho de Lagos;
- Dados estatísticos sobre a evolução dos sectores nos últimos 4 anos em Lagos.

A Sra. Coordenadora da Comissão, Cristina Marreiros (LCF), deu as boas-vindas ao convidado, agradeceu a sua presença e apresentou os Membros da Comissão.

Começou por dar a palavra à Dra. Helena Raimundo [HR] que afirmou que a seguir a Albufeira, Lagos continua a ser das cidades com mais registos de AL com mais de 5700. Referiu que no final do ano passado houve algum índice de cancelamentos um pouco por toda a região motivada essencialmente pela nova sobretaxa. Este ano tem continuado a haver novos registos sobre moradias pelo que não se verifica abrandamento do número de registos. Sobre o conflito com disponibilidade para habitação referiu que a quase totalidade dos registos AL incidem sobre segundas habitações, e que o AL aproveita muito dos períodos vazios para dar utilidade às habitações que de outra forma estariam fechadas. Defendeu que existe um equilíbrio entre a oferta de imóveis para turismo e para residentes

Dando a palavra ao Dr. Hélder Martins [HM], o mesmo iniciou a sua intervenção agradecendo a oportunidade e o extraordinário profissionalismo dos serviços e expressou os seguintes pontos:

O turismo hoteleiro tradicional existe há 50 anos e o AL tendo muitos menos anos representa muitas mais camas legais;

Não há qualquer questão de adversidade com a ALEP ou contra o Alojamento Local; Referiu que, "se não fossem os apoios do Estado", o setor passaria por grandes dificuldades.

Apelou aos partidos para não terem medo de defender o turismo e que existe uma demonização do mesmo.

Referiu que, apesar de atualmente o turismo gerar mais receitas, a qualidade é menor. Mencionou um estudo comparativo com Palma de Maiorca, um caso mais grave que o nacional no que respeita ao alojamento paralelo e referiu algumas evoluções no setor. Referiu a capacidade de resiliência do setor, que apesar de ser uma atividade muito frágil relativamente a dinâmicas externas, é também a mais rápida a sair de crises como se verificou com a crise causada pela pandemia Covid-19.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

Sobre o Algarve mencionou os anúncios para os milhares de camas que estariam a vias de aprovação em Portimão e Lagos e a preocupação relacionada com a escassez da água.

Referiu a situação dos recursos humanos e a falta de disponibilidade de recursos humanos no país e as barreiras à imigração para trabalho proveniente de fontes como Cabo Verde ou Marrocos, nomeadamente a dificuldade para obter os vistos para trabalho, o que contrapõe em completo com a realidade da imigração insustentável que se vai verificando no país.

Referiu outro problema sério que é a falta de habitação para os trabalhadores o que impede a fixação de talentos.

Disse que as empresas estão dispostas a comprar terrenos para construção, mas não a custos de mercado.

Mencionou a falta de rigor nos números gerais por o INE não considerar dormidas inferiores a 9 camas.

Frisou a necessidade de requalificar o destino para evitar alojamentos a 25€ ou menos. Sobre a questão do preço de 25€/quarto, disse que consiste num tipo de clientes causadores de problemas. A requalificação urbana e o cuidado urbano são um trabalho básico.

Referiu ainda o grande problema da disponibilidade de Água na região e que é impensável garantirmos um destino que passa a imagem de não ter solução para a falta de disponibilidade de água. Referiu ainda alguns avanços nas soluções técnicas e boas práticas para melhor eficiência no consumo de água no setor.

Sobre o selo de qualidade "save water", afirmou que há procura turística por destinos e empreendimentos que se apresentem com mais sustentabilidade e tem uma franja de turistas dispostos a pagar mais por isso.

Referiu que o Turismo de Portugal tem apoios diretos para reconversões com vista à sustentabilidade e é possível acelerar esta reconversão dos agentes hoteleiros.

Outra situação grave é a impunidade da venda de droga falsa que é feita às claras de forma muito visível, prejudicando a imagem do destino e a própria segurança aos nossos visitantes. Há também o risco de uma nova rede de prostituição começar a ser um problema na região. O desinvestimento continuado no efetivo policial dos últimos anos não pode ser compensado com reforços sazonais. Referiu que Lagos caminha para se tornar num dos Concelhos mais inseguros do Algarve.

Referiu que a AHETA celebra instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, principalmente contratos coletivos, sobretudo com a UGT (União Geral dos Trabalhadores). Defendeu, ainda, que se tomasse o exemplo da Andaluzia, que admite a figura do contrato de trabalho descontínuo, que prevê o pagamento dos salários pela empresa e também pelo Estado.

Informou que o grupo Tivoli (salvo erro, no Algarve) gasta 600.000,00€/ano em rendas, razão pela qual propõe um subsídio no âmbito do pagamento de rendas.

Terminou a intervenção sublinhando que o Turismo é uma atividade robusta e precisa de atenção dos agentes políticos locais e nacionais para valorizar o produto e fixar o talento, incluindo medidas fiscais, pelo que reivindica a redução de impostos e o 15.º salário sem pagamento da Taxa Social Única

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

A Coordenadora da Comissão prosseguiu dando a palavra ao Dr. Joni Leandro [JL] que expressou algumas posições:

JL: Informou que, comparativamente a 2023, existem menos 10% a 15% de restaurantes, uma situação que considera "bastante preocupante".

Sobre a questão do selo "save water" o timing da implementação para esta época já não vai a tempo.

Mostrou também preocupação com a questão da venda de droga no Algarve

O grande problema da falta de mão-de-obra deve-se essencialmente à falta de alojamento.

A faturação dos últimos anos já superou a de 2019, mas os custos de produção aumentaram e os custos com pessoal também aumentaram na ordem dos 20 a 30%.

Em Lagos, os associados queixam-se da falta de promoção ou comunicação dos eventos realizados, e a redução do número de estacionamento como problemas identificados. Os referidos associados também colocaram questões sobre a falta de segurança, a deficiente recolha de resíduos, o embelezamento da cidade e, como aspeto positivo, o saneamento.

Mencionou a taxa turística afirmando que uma parte dos associados poderia aprovar essa taxa, na condição que o valor recolhido fosse diretamente investido nas infraestruturas e sistemas municipais.

De seguida foi dada a palavra aos Membros da Comissão que colocaram algumas perguntas aos convidados.

Em resposta às questões submetidas pelo Membro Paulo Rosário [PR], HR indicou a situação da nova taxa aplicada ao AL como a única barreira que motivou os

cancelamentos verificados, embora ainda haja muitos associados que apenas aguardam a sua reversão a qualquer momento para se manterem no ativo. Adiantou que será de haver um acréscimo do valor de faturação em relação ao ano anterior, em linha com outros setores, mas alertou que os custos de produção aumentaram em proporção maior, obrigando ao encarecimento da atividade.

HM mencionou ainda que quem decide são de facto os municípios. Concorda com um plano regional que estude as capacidades de carga, mas lamenta a desunião verificada entre os municípios algarvios. Concordou que se verifica um aumento de contratação sem termo cada vez mais crescente na restauração, pese embora a sazonalidade.

Sobre a taxa turística, HM mencionou Aveiro que foi a única autarquia que eliminou a taxa turística que tinha e debruçou-se sobre o histórico da experiência da taxa turística até aos dias de hoje. Apresentou algumas particularidades entre alguns municípios que aplicam a taxa, incluindo um caso menos positivo sentido em Albufeira.

HR referiu a necessidade de qualquer sistema de cobrança e gestão da taxa turística ter que ser exequível e prática.

JL referiu os casos da contratação antecipada, com gozo de férias logo no início, como mais uma forma menos regular que parte dos associados encontraram para conseguir assegurar recursos humanos. Situação considerada ilegal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

O Membro Rui Araújo [RA] mencionou a reunião anterior de outra Comissão tida sobre os setores da construção e do imobiliário que identificou o pacote Mais Habitação como um fator de prejuízo no âmbito do investimento, prejuízo esse ainda longe de recuperar. Referiu ainda ser contra a Taxa Turística e ter esperança que a mesma não seja aplicada este ano em Lagos.

De seguida o Membro José Santos [JS] questionou HR sobre os registos de AL, a taxa de cancelamentos e faturação.

HR referiu a quebra pouco significativa que houve em dezembro apesar de ter já sido compensada com os novos registos em moradias. Frisou que Lagos é o município com mais registos de AL, excetuando Albufeira. Ainda sobre a sobretaxa, Lagos foi o município com o rácio de sobretaxa mais alto do Algarve por estar associada aos valores do arrendamento, e que a disparidade da mesma não faria muito sentido. Felizmente há perspetiva da mesma vir a ser revogada.

HM referiu o desaproveitamento que existe do mercado marroquino que tem uma classe média já muito robusta, mas que não conhece o Algarve e que agora tem uma cobertura pujante da companhia Ryanair, o que explica a nova rota com Faro. Deu nota de crescimento de ligação aérea com Canadá.

De seguida, o Membro José Guerreiro [JG] endereçou também algumas questões aos convidados.

HR frisou o problema da falta de dados estatísticos por via da regra da dos dados apenas contemplarem alojamentos com mais de 9 camas, e deixarem os dados de cerca de 40% dos alojamentos de fora. Disse ainda que iria fazer chegar à Assembleia Municipal alguns dados de que dispõe, incluindo um Estudo feito com a Universidade NOVA.

HM respondeu sobre a gravidade da questão da EN125, particularmente grave no Sotavento. Mencionou o atraso no investimento do transporte ferroviário e a situação aeroportuária, da qual a TAP não existe para o Algarve. Sobre a instabilidade no mundo, o Algarve tende a beneficiar dos conflitos no médio oriente. Deu ainda nota que se o Governo não cumprir certas normas da União Europeia, os turistas podem sofrer com uma suspensão do espaço Schengen. Sobre a promoção externa, HM referiu que depende muito da captação de rotas de ligação e por isso a aposta tem sido em trazer pessoas para a região sem financiar diretamente as companhias aéreas porque isso não é permitido pela EU.

Em seguida, o Membro Manuel Catarino [MC], da CDU, expôs algumas observações sobre o impacto negativo do Alojamento Local no direito à habitação, sobre o aumento das receitas no setor turístico em 2023 - tendo ultrapassado as receitas de 2019 em 37% e 18,5% face a 2022 - e sobre a celebração de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (principalmente contratos coletivos) com sindicatos afetos à UGT, por forma a dar uso de figuras jurídicas como o banco de horas, algo que os sindicatos afetos à CGTP-IN rejeitam;

Referiu que foram invocados vários fatores para explicar o insucesso na contratação de força de trabalho, mas fala-se pouco nas condições concretas de trabalho, como

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'X' at the top, the number '14', and several illegible signatures.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

por exemplo o referido recurso ao banco de horas, no âmbito da desregulação de horários de trabalho;

Respondeu à reivindicação da AHETA para a redução de impostos, dizendo que a redução que defendem, como por exemplo o 15.º mês sem pagamento da TSU, serviria apenas os lucros dos proprietários das empresas, uma vez que quem sairia prejudicado seriam os trabalhadores e a segurança social, ao não se descontar esse dinheiro;

Informou, ainda, que o custo da força de trabalho nas empresas em Portugal é, em média, cerca de 16% dos custos totais das mesmas, conforme dados do banco de Portugal, e deu um exemplo concreto no âmbito da distribuição da riqueza produzida: em 2003, os empregados de refeitório auferiam quase 77€ acima do salário mínimo nacional; hoje, recebem cerca de 2€ acima do SMN.

HR mencionou o impulso dado à reabilitação de imóveis nos centros históricos e agravamento da problemática da habitação causada por várias das medidas do pacote "Mais Habitação" do anterior governo.

HM respondeu ao Membro da CDU que a negociação com os sindicatos afetos à FESAHT/CGTP-IN é difícil porque estes apresentam propostas de difícil concretização, como a semana de 4 dias. Defendeu, ainda, o banco de horas. Disse também que a média do peso dos gastos com pessoal das empresas não são os referidos cerca de 16%, mas de mais de 50%.

De seguida, Márcio Viegas [MV] questionou se o investimento em imóveis se enquadra no espírito do Alojamento Local, referindo ainda que o AL está a contribuir para a inflação. Perguntou, ainda, como seria o turismo sem as empresas de trabalho temporário, ao que HM respondeu que as ETT beneficiam muito o setor.

HR referiu o arranque do AL após a crise da década passada como solução para uma parte significativa da população.

HM focou a temática da fiscalidade e das barreiras à livre contratação de horas extraordinárias. Anuiu que a qualidade do cliente é mais importante que a quantidade e agradeceu novamente a oportunidade e o dinamismo desta Assembleia Municipal.

JL concordou com o que foi dito e também agradeceu o convite.

A Coordenadora CM usou da palavra para mencionar a falta de planeamento estratégico, as alterações verificadas à caracterização do visitante e a necessidade de se qualificar o produto para atingir um turismo qualificado. Referiu ainda ter dúvidas da utilidade da taxa turística uma vez que a experiência nas autarquias tem evidenciado que os montantes recebidos não são especificamente alocados. Agradeceu novamente a presença e disponibilidade dos convidados.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO,
TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL
(2.ª Comissão)

Lagos, 15 de maio de 2024

A COORDENADORA,

O SECRETÁRIO, EM EXERCÍCIO,

OS MEMBROS DA COMISSÃO,